

Ofício-se à autoridade subscritora informando que tanto o andamento como a decisão de qualquer processo poderão ser obtidos, mediante autenticação com os dados do e-mail e senha, no link exclusivo destinado aos membros do Ministério Público do Estado de São Paulo, disponível na primeira página do sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - <http://www.tce.sp.gov.br>.

Ao Cartório para aguardar o julgamento do processo TC-000566/00612, oportunidade na qual cópias das decisões (Relatórios e Votos) devem ser remetidas à autoridade subscritora.

Visando facilitar o acompanhamento processual, este Expediente deverá ser convertido em meio físico e passará a acompanhar o mencionado processo.

À De para a referida conversão.

Após, não havendo mais nada a ser decidido nos presentes Autos, ao Arquivo.

Publique-se.
PROCESSO: 00011599.989.17-5

REPRESENTANTE: ENGEVALE CONSTRUTORA EIRELI (CNPJ 03.102.401/0001-40)

REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO BARREIRO (CNPJ 45.200.623/0001-46)

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO VISANDO AO EXAME PRÉVIO DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2017, PROCESSO Nº 020/2017, DO TIPO MENOR PREÇO, PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO BARREIRO, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO COM RESTAURO E ADAPTAÇÃO DE USO DO CINE THEATRO SÃO JOSÉ.

EXERCÍCIO: 2017

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 0002072.989.17-9

PROCESSO: 0002072.989.17-9

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO BARREIRO (CNPJ 45.200.623/0001-46)

CONTRATADO(A): RURAL CONSTRUCO CIVIL LTDA (CNPJ 06.325.01/0001-16)

INTERESSADO(A): ALEXANDRE DE SIQUEIRA BRAGA (CPF 310.444.358-01)

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO COM RESTAURO

E ADAPTAÇÃO DE USO DO CINE THEATRO SÃO JOSÉ, LOCALIZADO NA

PRAÇA PREFEITO JOSÉ MARTINS FERREIRA S/Nº, CENTRO, SÃO JOSÉ DO

BARREIRO/SP, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÁQUINAS, VEÍCULOS, APETRECHOS, MÃO DE OBRA E TUDO O MAIS QUE SE FAZER NECESSÁRIO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

EXERCÍCIO: 2017

PROCESSO PRINCIPAL: 11599.989.17-5

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00006075.989.18-6

Vistos.

AUTORIDADES QUE ASSINARAM O TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO: ALEXANDRE DE SIQUEIRA BRAGA – PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO E EDSON LUIZ FERREIRA – REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA.

A Representante apontou inconsistências relacionadas ao resultado do somatório dos preços dos itens 11.2.11 e 14.1.12 da planilha orçamentária.

No item 11.2.11 está previsto o fornecimento de 20 itens a um custo de R\$57,47, o que totalizaria R\$1149,40, mas houve clara divergência de valores, já que o total indicado na planilha é de R\$176,80.

No item 14.1.12 está previsto o fornecimento de 356 (trezentos e cinquenta e seis) poltronas de auditório a custo de R\$790,00 cada, o que totalizaria R\$281.240,00, mas houve clara divergência de valores, já que o total indicado na planilha é de R\$301.310,56. Em relação ao mesmo item, assevera a representante que pelo estudo do "layout", o número correto seria em torno de 107 (cento e sete) poltronas, o que implicaria a um custo aproximado de R\$196.710,00 de economia aos cofres municipais.

Mesmo tendo sido regularmente notificado para prestar esclarecimentos, o Chefe do Executivo local deixou de atender, no prazo fixado e sem causa justificada, a diligência deste Tribunal, violando o disposto no artigo 104, inciso III e § 1º, da Lei Complementar nº 709/93.

Nessa conformidade, diante dos apontamentos, assino à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ou, apresente justificativas acerca das dúvidas suscitadas.

E, ainda, para que no futuro não se alegue cerceamento de defesa, Notifique-se pessoalmente os responsáveis supracitados, nos termos do disposto no artigo 29 c.c. artigo 91, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 709/93, para acompanharem o presente feito e, caso queiram, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as justificativas que entenderem necessárias.

Alerto, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento, que é obrigatório, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

Autorizo, desde já, vista e extração de cópias em Cartório, observadas as cautelas de estilo.

Transcorrido o prazo, retornem os autos pelas Unidades de Engenharia e Economia da Assessoria Técnica e MPC, nos termos dos artigos 69, II, e 205 do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.

PROCESSO: 00013281.989.18-6

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRODOWSKI (CNPJ 45.301.652/0001-02)

CONTRATADO(A): EMPORIO HOSPITALAR COMERCIO DE PRODUTOS CIRURGICOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ 04.106.730/0001-22)

ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR (LEITE EM PÓ E DIETAS ENTERAIS), PARA ATENDER AS DEMANDAS JUDICIAIS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE BRODOWSKI-SP

EXERCÍCIO: 2018

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00017031.989.18-9

PROCESSO: 00017031.989.18-9

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRODOWSKI (CNPJ 45.301.652/0001-02)

CONTRATADO(A): EMPORIO HOSPITALAR COMERCIO DE PRODUTOS CIRURGICOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ 04.106.730/0001-22)

INTERESSADO(A): JOSE LUIZ PEREZ (CPF 026.571.018-95)

ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 5/2018, PROVENIENTE DO PREGÃO Nº 58/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR (LEITE EM PÓ E DIETAS ENTERAIS), PARA ATENDER AS DEMANDAS JUDICIAIS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE BRODOWSKI.

EXERCÍCIO: 2018

PROCESSO PRINCIPAL: 13281.989.18-6

Vistos.

No curso da instrução dos autos, a Fiscalização apontou irregularidades capazes de comprometer a contratação e a execução, conforme laudos no evento 17 do TC-013281.989.18-6 e no evento 9 do TC-017031.989.18-9.

Nessa conformidade, diante dos apontamentos, assino à PREFEITURA MUNICIPAL DE BRODOWSKI o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ou, apresente justificativas acerca das dúvidas suscitadas, ficando, ainda, os responsáveis supracitados notificados para acompanhar o presente feito e, caso queiram, no mesmo prazo, apresentem os esclarecimentos que entenderem cabíveis.

Autorizo, desde já, vista e extração de cópias em Cartório, observadas as cautelas de estilo.

Transcorrido o prazo, retornem os autos pela Unidade de Economia da Assessoria Técnica e MPC, nos termos dos artigos 69, II, e 205, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-00017128.989.18-3

Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL

Conveniada: IRMANDADE DE MISERICORDIA DE JABOTICABAL

Responsáveis: José Carlos Hori (Prefeito), Vitorio de Simoni (Prefeito em exercício), Maria Angélica Dias (Secretaria Municipal de Saúde), Luiz Eduardo Romero Gerbas (Provedor).

Em exame: Repasses ao Terceiro Setor – Prestação de Contas de Convênio – Exercício 2018.

Vistos.

Considerando o relatório da Fiscalização (evento nº 13.111, ASSINOS às Partes interessadas o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresentem as justificativas que entenderem pertinentes, devendo, também, informar se a Conveniada disponibilizará todas as informações relativas à aplicação dos recursos públicos recebidos e a suas respectivas destinações, de forma pormenorizada, nos moldes da Lei Federal nº 12.527/2011, da Lei de Acesso à Informação, notadamente em seus artigos 2º e 8º, pois verifiquei que, a despeito do que foi consignado no voto no processo do ajuste, o site da Irmandade está vinculada de fato ao Hospital e Maternidade Santa Isabel Jaboticabal, mas nele, no link da transparência, não há todos os dados exigidos em lei.

Além disso, a Prefeitura deverá juntar, relativamente ao exercício de 2018: quadro de pessoal do Município; relação de todos os servidores que atuaram na área da saúde no Município, inclusive os cedidos à Irmandade ou outra entidade do Terceiro Setor, com as seguintes informações: nome; CPF; lotação; local de trabalho; remuneração mensal (bruta e líquida); carga horária; se titular de cargo efetivo, em comissão, temporário, empregado público, ou mesmo autônomo; nome do cargo ou profissão; especialidade; se era sócio de empresa ou sociedade civil (pessoa jurídica); única, majoritária ou minoritária; nome da pessoa jurídica (se houver); se esta era contratada pela Prefeitura ou pela Irmandade; se afirmativa, período da contratação.

Alerto que, nos termos da Resolução nº 01/2011, os interessados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página, www4.tce.sp.gov.br/tceesp/, mediante regular cadastramento, se, ainda, não efetivado.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-00017131.989.16-2

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

Contratada: SOLICADAR ADMINISTRADORA DE CARTÕES E CONVÊNIOS LTDA.

Responsáveis: Marcos Roberto Casquel Monti (Prefeito à época), Ricardo Salazar Neto (atual Prefeito)

Advogado(s): Antonio Sérgio Baptista (OAB/SP nº 17.111), Cláudia Rattes La Terza Baptista (OAB/SP nº 110.820), Camila Barros de Azevedo Gato (OAB/SP nº 174.848), Gianpaulo Baptista (OAB/SP nº 177.061), Maria Fernanda Pessatti Toledo (OAB/SP nº 228.078), Flavio Poyares Baptista (OAB/SP nº 244.448), Juliana Rodas Aranha (OAB/SP nº 326.807), Fernanda de Avila e Silva (OAB/SP nº 361.634) e Mônica Liberatti Barbosa Honorato (OAB/SP nº 191.573), Elediana Aparecida Secato Vitalgiano (OAB/SP nº 276.774), Antonio Ribeiro de Mendonça Filho (OAB/SP nº 299.556).

Em exame: Contrato celebrado em 26-04-13. Valor – R\$3.302.700,00. Termos de Aditamento celebrados em 22-04-14, 01-01-15, 01-01-16 e 02-03-16.

Vistos.

Nada mais a ser apreciado neste processo.

Arquive-se.

Publique-se.

PROCESSO: 00019395.989.17-1

REQUERENTE/SOLICITANTE: AGNALDO JOSE TAVARES (CPF 116.915.078-06)

MENTIONADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE CARDOSO (CNPJ 46.599.825/0001-75)

ASSUNTO: Representação contra a Secretaria Municipal de Educação do município de Cardoso a respeito da legalidade da realização de processo seletivo para contratação de Professor de Educação Básica - II.

EXERCÍCIO: 2017

Vistos.

Ciente das informações trazidas pela equipe técnica e pela Origem, que terão seus conteúdos analisados quando da emissão do Parecer das contas anuais da Prefeitura Municipal de Cardoso do exercício de 2017 (eTC-0006643.989.16-3).

Não havendo mais nada a ser decidido nos presentes Autos, ao Arquivo.

Publique-se.

EXPEDIENTE: 00019615.989.18-3

MENTIONADO(A): SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CASA BRANCA

ORÇÃO DA ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - TJ SP

ASSUNTO: Ofício de Processo Digital datado de 23 de agosto de 2018.

Processo Digital nº 1000478-70.2015.8.26.0129

Classe - Assunto: Procedimento Comum - Obrigações.

Requerente: CEMEDI - Centro Médico de Diagnóstico por Imagem S/C.

Requerido: Santa Casa de Misericórdia de Casa Branca.

Assunto: encaminha cópia do laudo pericial, das manifestações das partes sobre a conclusão do perito e da Sentença, para as providências que reputar pertinentes.

Subscrito pelo Juiz de Direito Dra. Ana Rita de Oliveira Clemente.

EXERCÍCIO: 2018

Vistos.

Remeto os autos à equipe técnica responsável pela Fiscalização para subsidiar a instrução das contas anuais de 2018 da Prefeitura Municipal de Casa Branca, tratadas no processo eTC-4517.989.18-2, onde a matéria será analisada.

Referencie-se, antes, ao mencionado processo.

Após, ao Arquivo.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-014526.989.18-1

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

ADVOGADO: ELEDIANA APARECIDA SECATO VITAGILIANO (OAB/SP 276.774) / ANTONIO RIBEIRO DE MENDONÇA FILHO (OAB/SP 299.556)

CONTRATADO(A): SOLUTION SERVICE INOVACAO EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI (CNPJ 23.760.183/0001-49)

INTERESSADO(A): RICARDO SALARO NETO (CPF 027.145.468-70)

SIMONE CRISTINA RODRIGUES ALVES PAFETTI (CPF 145.897.168-60)

ASSUNTO: Edital nº 036/2017;

Licitação: Pregão Presencial nº 036/2017;

Contrato: 019/2017

Objeto: Contratação de empresa de Tecnologia da Informação para prestação de serviços de suporte técnico de informática - Help Desk.

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 0017210.989.18-2, 0018040.989.18-8

Vistos.

Notifico os interessados para que se manifestem sobre as possíveis irregularidades apontadas na instrução, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, apresentando, no prazo comum de 15 (quinze) dias, as justificativas e documentos que entenderem pertinentes.

Após, retornem os autos ao Gabinete.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO

DIMAS RAMALHO

PROCESSO: 0004392.989.18-2

ORÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO ALEGRE (CNPJ 01.614.087/0001-50)

ADVOGADO: MOACIR CANDIDO (OAB/SP 83.713) / GERALDO DE CASTILHO (OAB/SP 97.946)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018

EXERCÍCIO: 2018

Visto.

Em face do requerimento de prazo para esclarecimentos acerca da Fiscalização Ordenada VI - Creches, defiro o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Publique-se.

PROCESSO: 00004434.989.18-2

ORÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ANTONIO (CNPJ 45.368.01/0001-90)

ADVOGADO: MARIO APARECIDO EUZEBIO JUNIOR (OAB/SP 184.897)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018

EXERCÍCIO: 2018

PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00011862.989.18-3

Vistos.

O responsável pelas contas em exame solicita prorrogação de prazo para apresentar defesa sobre o relatório da fiscalização (Evento 48.1).

Defiro o prazo de 15 (quinze) para o interessado apresentar alegações.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Com ou sem resposta, encaminhem-se os autos para a equipe técnica para prosseguimento da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: 00004546.989.18-7

ORÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR (CNPJ 45.787.652/0001-56)

ADVOGADO: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / (OAB/SP 107.509) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / EVANDRA ZIMERER LOPES (OAB/SP 131.930)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018

EXERCÍCIO: 2018

PROCESSO(S)REFERENCIADO(S): 00001453.989.18-8

Vistos.

NOTIFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 2º Quadrimestre de 2018 (Evento 83).

ALERTO à Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal,

Publique-se.

PROCESSO: 00004571.989.18-5

ORÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO (CNPJ 45.371.820/0001-28)

ADVOGADO: FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018

EXERCÍCIO: 2018

Visto.

NOTIFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que, no prazo de 10 dias, tome ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 2º Quadrimestre de 2018 (evento 66).

ALERTO à Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal,

Aproveito a ocasião para informar ao órgão e/ou interessados que poderão ser intimados dos atos processuais relativos ao presente processo através do aplicativo WhatsApp.

Esse procedimento será aplicado exclusivamente no Cartório do meu Gabinete, e somente nos processos de Contas Anuais de Prefeitos Municipais de municípios eleitorais, relativos aos exercícios de 2016, 2017 e 2018 que já tramitam em meio eletrônico.

As intimações realizadas através do WhatsApp serão feitas de forma subsidiária à publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, conforme previsto no artigo 90 da Lei Complementar 709/93, e não exclui a obrigatoriedade das partes interessadas acompanharem as publicações no Diário Oficial do Estado.

A adesão ao procedimento de intimação por WhatsApp é facultativa, e pode ser realizada pela(s) parte(s) interessada(s) e/ou procurador(es), incluindo as Sociedades de Advogados, desde que devidamente habilitada(s) nos autos.

Caso a(s) parte(s) possua(m) interesse, deverá(ão) fazer o pedido junto ao Cartório do meu Gabinete ou através de petição nos autos, que deverá constar obrigatoriamente os seguintes termos e informações:

I) nome Completo e OAB (no caso de procuradores);

II) número do telefone que receberá as intimações;

III) que concorda com os termos da intimação por meio do aplicativo WhatsApp;

IV) que foi identificado de que o CGDER, em nenhuma hipótese, solicita dados pessoais, bancários ou qualquer outro de caráter sigiloso, limitando-se o procedimento para a realização de atos de intimação;

V) que foi identificado de que as dúvidas referentes à intimação deverão ser tratadas, exclusivamente, no Cartório do Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho.

Ressalto que caso haja mudança do número do telefone e/ou alteração das condições de representação processual, com a substituição de procurador(es), ou sobretudo término do mandato, o(s) aderente(s) deverá(ão) informá-lo de imediato o Cartório para atualização e/ou suspensão do serviço.

As intimações por WhatsApp serão enviadas a partir do aparelho celular destinado ao Cartório exclusivamente para essa finalidade.

No ato da intimação, o servidor responsável encaminhará pelo aplicativo WhatsApp a imagem do ato processual (despacho, decisão ou sentença), com a identificação do processo e das partes, podendo também ser enviado nos formatos Word ou PDF.

Em hipótese alguma é necessário responder ou confirmar o recebimento das mensagens, tendo em vista que se trata de um meio complementar de divulgação dos atos processuais.

Qualquer mensagem ou arquivo enviado pela(s) parte(s) e/ou seu(s) procurador(es) não será lida e descartada imediatamente.

Alertando que petições, justificativas, recursos e outros pedidos deverão ser realizados através dos meios convencionais, seja através dos protocolos da capital ou das Unidades Regionais, ou ainda pelo Processo Eletrônico.